

Jurisprudência em Sinopse¹



TST²

■ Está consolidada a jurisprudência do STF e do TST que o direito da empregada gestante à estabilidade provisória dispensa a comprovação da gestação, por qualquer meio, pelo que é inválida a cláusula convencional que a condiciona a prévia informação ao empregador. [TST-RO-503-47.2018.5.08.0000](#), SDC, rel. Min. DORA MARIA DA COSTA, julgado em 10/4/2023.

■ Se o comissionista misto não trabalha com vendas na jornada extraordinária, não se aplica a Súmula 340. [TST-EEDARR-599-17.2014.5.06.0143](#), SBDI-I, rel. Min. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA, 13/4/2023.

■ Ação rescisória extinta sem julgamento de mérito se se postula afastamento de honorários de advogado e é promovida exclusivamente contra a parte e não contra o advogado que é o verdadeiro titular do direito atacado.

[TST-RO-21738-52.2016.5.04.0000](#), SBDI-II, rel. Min. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, julgado em 28/3/2023.

■ Não é da competência material da Justiça do Trabalho e sim da Justiça Federal o exame jurisdicional de procedimentos administrativos adotados no processo de revisão e edição de normas regulamentares relativas a condições de trabalho pelo Ministério do Trabalho e Emprego. [TST-ROT-344-79.2020.5.10.0000](#), SBDI-II, rel. Min. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, julgado em 11/4/2023.

¹Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9ª, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

²Ementas publicadas no [Informativo TST 270](#)

- Viola decisão vinculante do STF o julgado que declara a sucessão no caso de recuperação judicial pela parte que adquire unidade produtiva autônoma da PARMALAT, não se caracterizando *distinguishing* a vedação do uso dessa marca. **TST-RR-176300-03.2004.5.02.0030**, 1ª Turma, rel. Min. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR, julgado em 29/3/2023)
- É inválida norma coletiva que permite compensação ou prorrogação de jornada em ambiente insalubre sem autorização da autoridade administrativa competente na forma do art. 60, da CLT. **TST-RR-10005-65.2019.5.03.0080**, 3ª Turma, rel. Min. MAURICIO GODINHO DELGADO, julgado em 29/3/2023
- Presume-se discriminatória a dispensa de empregado “em face de circunstancial debilidade física causada por doença grave”, consistente, no caso, em doença psiquiátrica, enquadrando o caso na Súmula 443. **TST-RR-1000934-94.2017.5.02.0702**, 3ª Turma, rel. Min. MAURICIO GODINHO DELGADO, julgado em 29/3/2023
- É válida, inclusive depois da Reforma Trabalhista, previsão convencional que mantém a homologação sindical da rescisão contratual e sanciona com multa convencional o não cumprimento. **TST-RR-10032-37.2019.5.15.0008**, 3ª Turma, rel. Min. MAURICIO GODINHO DELGADO, julgado em 12/4/2023
- Persiste o poder-dever do juízo de avaliar as características de pedido de homologação judicial de acordo extrajudicial, evitando eventuais ilegalidades (vícios, simulações, fraudes etc), não valendo como argumento de legitimidade a simples manifestação de vontade das partes. **TST-Ag-AIRR-10608-30.2020.5.03.0040**, 3ª Turma, rel. Min. MAURICIO GODINHO DELGADO, julgado em 12/4/2023
- A empregada é portadora de doença grave e rara e houve diversas alterações no seu plano de saúde e dos empregados da reclamada, ensejando greve e compromisso patronal descumprido de reestabelecimento do plano de saúde original, gerando como consequência a implantação judicial do plano e a indenização pelo dano moral perpetrado contra a trabalhadora. **TST-RR-256-13.2021.5.20.0005**, 3ª Turma, rel. Min. MAURICIO GODINHO DELGADO, julgado em 12/4/2023)
- Não se admite supressão do pagamento das horas *in itinere* aos contratos de trabalho em curso após a Reforma Trabalhista, fundada na revogação do art. 58. §2º, da CLT,

por violação de vários preceitos constitucionais. **TST-RR-10240-18.2020.5.15.0127**, 3ª Turma, rel. Min. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA, julgado em 29/3/2023

■ Na homologação judicial do acordo extrajudicial o juízo não se converte em mero “carimbador” do ajuste, persistindo o seu poder-dever de fiscalizar todas as cláusulas negociadas, facultada inclusive a homologação parcial apenas das cláusulas legítimas, inclusive para não prejudicar integralmente o obreiro no caso concreto. **TST-RR-1001542-04.2018.5.02.0720**, 3ª Turma, rel. Min. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA, julgado em 12/4/2023

■ Pelos Temas 377 e 384, de Repercussão Geral do STF, não se veda o acúmulo remuneratório de agente público no caso de vínculos autônomos sob o argumento do teto remuneratório. **TST-RR-1002-49.2020.5.10.0018**, 3ª Turma, rel. Min. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO, julgado em 12/4/2023

■ Não se admite a condenação em adicional de insalubridade sem a realização de perícia, ante os termos do art. 195, §2º, da CLT, inclusive porque no caso não há outros fundamentos e provas admissíveis da insalubridade. **TST-RR-10641-48.2015.5.08.0107**, 4ª Turma, rel. Min. ALEXANDRE LUIZ RAMOS, julgado em 28/3/2023

■ Muito embora não apenas o espólio, mas também os herdeiros tenham legitimidade para promover ação de indenização por dano moral, se o trabalhador faleceu em acidente de trabalho, esse dano não se configura, já que a morte extingue a personalidade, impossibilitando o pretense abalo moral. **TST-RRAg-11001-71.2020.5.03.0163**, 5ª Turma, rel. Min. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, julgado em 12/4/2023

■ O atleta profissional tem direito ao adicional noturno já que, no silêncio da lei especial, aplica-se a CLT, e o direito de arena será calculado computando toda a receita proveniente da exploração de direitos esportivos audiovisuais, inclusive os valores negociados a título de marketing e propaganda, não se limitando apenas à receita da transmissão de jogos. **TST- RRAg-11668-43.2017.5.03.0137**, 5ª Turma, rel. Min. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, julgado em 12/4/2023

■ Há vínculo de emprego mesmo que o trabalhador exerça atividade ilícita ligada ao jogo do bicho, já que, concomitante, laborava na venda lícita de créditos para recarga de celulares e não se demonstrou atuação do trabalhador como elemento do tipo penal. **TST-AG-AIRR-113-10.2021.5.13.0008**, 5ª Turma, rel. Min. BRENO MEDEIROS, julgado em 29/3/2023

■ Se o empregador doméstico não apresenta registros escritos da jornada de trabalho da empregada presume-se verídicos os horários de trabalho alegados na petição inicial. **TST-RR-737-04.2020.5.20.0007**, 5ª Turma, rel. Min. BRENO MEDEIROS, julgado em 12/4/2023

■ Se o trabalho do motorista de aplicativo é estruturado, gerenciado e precificado por comando algorítmico, sujeitando-se a o trabalhador a sanções premiais disciplinares, configura-se o vínculo de emprego. **TST-RR-799-92.2021.5.08.0120**, 6ª Turma, rel. Min. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO, julgado em 12/4/23

■ É inválida a dispensa de empregado da WMS realizada sem a observância da “política de orientação para melhoria”, no período de sua vigência entre 08/2006 a 06/2012, violando o Tema Repetitivo 11. **TST-RR-1079-98.2012.5.04.0020**, 7ª Turma, rel. Min. CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO, julgado em 29/3/2023

■ Configura assédio moral indenizável o controle do uso e do tempo de acesso a banheiros e vestiário por meio de câmeras de vigilância, fato esse apurado no processo em razão de confissão ficta da empregadora.

TST-RR-1000028-23.2018.5.02.0362, 7ª Turma, rel. Min. CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO, julgado em 29/3/2023

Célio Horst Waldraff

Desembargador Presidente
do NUGEPNAC do TRT-PR

Dúvidas ou sugestões:

nugep@trt9.jus.br - Ramal 3310-7153

Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528

2º andar do prédio anexo